



Senado aprova medida para combater fraudes no INSS

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, destacou o diálogo entre os senadores que viabilizou a votação da MP em uma segunda-feira, quando normalmente não há sessões deliberativas

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que combate fraudes nos benefícios do INSS. O texto, que segue para sanção, cria um programa de revisão de benefícios previdenciários, exige cadastro do trabalhador rural e restringe o pagamento de auxílio-reclusão apenas a casos de pena em regime fechado.

Votada na Câmara dos Deputados na quinta-feira, a MP perderia a eficácia hoje. Para viabilizar a aprovação, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocou sessão delibera-

tiva para ontem após um acordo de líderes.

Davi destacou que o diálogo e o entendimento entre os senadores garantiram a votação da MP. “Quero agradecer a todos os senadores e senadoras que vieram, em uma segunda-feira, exercer o seu mandato parlamentar, representando o povo brasileiro, sabendo da responsabilidade da votação desta medida provisória”, disse.

O presidente do Senado informou que a PEC que altera o rito das medidas provisórias foi incluída na ordem do dia da Câmara. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senador Major Olimpio e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre: senadores querem mais tempo para debater MPs



Roque de Sá/Agência Senado

Medida provisória que favorece servidores da Advocacia-Geral da União, aprovada ontem, teve Telmário como relator

Aprovada MP que prorroga gratificações para AGU

Na sessão de ontem, os senadores aprovaram a medida provisória que prorrogou até 4 de dezembro de 2020 o prazo de pagamento de gratificação a servidores e empregados

cedidos à Advocacia-Geral da União. O texto, que venceria à meia-noite, segue para sanção. Três emendas aprovadas pela Câmara, sem ligação com a MP, foram canceladas. **3**

Aposentadoria especial provoca deficit crônico, afirma diretor

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, diretor da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia disse que mais da metade dos servidores estaduais têm direito a aposentadorias especiais, o que influencia a formação de deficits crônicos no sistema previdenciário da maioria dos estados. Ele disse que um dos objetivos da reforma da Previdência é aliviar essa asfixia fiscal dos estados e municípios, diminuindo as aposentadorias especiais. **5**

Comissão debate hoje proposta anticrime e anticorrupção

Um dos projetos que compõem as medidas anticrime e anticorrupção do governo federal será debatido hoje na Comissão de Constituição e Justiça. De autoria da senadora Eliziane Gama, o projeto altera 13 leis e decretos nas áreas de atuação policial, processo penal, banco de dados, progressão de regime, corrupção, enriquecimento ilícito e outros.

Entre os convidados para o debate, estão promotores, juízes e especialistas em segurança pública. **4**



Projetos tornam mais rigorosas leis contra crimes de trânsito

Os altos índices de acidentes de trânsito preocupam os senadores. Em dez anos, mais de 300 mil pessoas perderam a vida em rodovias

do país. Para os senadores Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, a impunidade contribui para que os índices não baixem. **8**

Só em 2018 foram 5 milhões de autuações por velocidade acima do permitido



Daniel Castellano/SMCS

Ministro da Infraestrutura fala sobre concessões **7**

Texto proíbe discriminação na publicidade **6**

Crédito para cobrir despesas deve ser votado amanhã **2**

Chico Rodrigues celebra leilão de fontes renováveis em Roraima

Chico Rodrigues (DEM-RR) comemorou a realização do primeiro leilão de fontes renováveis de energia, na sexta-feira, em São Paulo, que vai atender a população e a economia de Roraima. O senador lembrou que o estado é o único que não é integrado ao Sistema Interligado Nacional.

O senador prevê que nos próximos dois anos a população de Roraima receberá a sua "carta de alforria" em relação ao fornecimento de energia, com as fontes renováveis de energia e com a ligação do estado ao Linhão de Tucuruí, obra que já foi autorizada.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Congresso vota amanhã créditos além da regra de ouro do Orçamento

Governo disse que alguns benefícios e programas podem ficar sem verbas já neste mês se a autorização não for aprovada com urgência

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, convocou reunião do Congresso para votar amanhã a autorização de operações de crédito que financiarão diversas políticas sociais em 2019 (PLN 4/2019). É a primeira vez desde 1988, quando a Constituição entrou em vigor, que o Poder Executivo pede ao Congresso permissão para se endividar além da regra de ouro do Orçamento.

Para o senador, a aprovação vai assegurar "celeridade e tranquilidade" ao governo.

— Conversei com todos os senadores da Comissão Mista de Orçamento. Está praticamente acertada a aprovação do valor que o governo pediu para cumprir a regra de ouro.

Davi também comemorou o resultado do acordo que viabilizou a votação de três medidas provisórias. Porém, ele criticou o prazo para deliberação e defendeu como "razoável" a proposta de emenda à Constituição que estabelece 90 dias de tramitação na Câmara e 30 dias no Senado.

Operações de crédito

A regra de ouro proíbe que a União realize operações de crédito que superem o montante de despesas de capital do Orçamento anual. Isso significa que o governo não pode contrair dívidas para pagar despesas correntes. Essa regra só pode ser contornada com autorização do Congresso.

O projeto solicita a contratação de R\$ 248,9 bilhões em créditos orçamentários, que cobrirão a previdência de trabalhadores urbanos e a compensação ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Renda Mensal Vitalícia, o Bolsa Família, o Plano Safra, o Proagro, o Programa de Sustentação do Investimento, a reconstrução de municípios afetados por desastres naturais e outras subvenções para operações oficiais de crédito.

Em maio, em audiência na CMO, representantes do governo afirmaram que alguns programas como o BPC e o Plano Safra podem ficar sem

dinheiro já neste mês.

As verbas solicitadas pelo PLN 4/2019 estão previstas na Lei Orçamentária Anual (Lei 13.808, de 2019). Se o projeto for aprovado, os valores serão remanejados para as áreas correspondentes, de modo que não haverá impacto na meta de resultado fiscal do ano.

No entanto, as operações de crédito terão reflexo sobre a dívida pública. De acordo com a Consultoria de Orçamentos do Senado, a emissão de títulos para disponibilizar o dinheiro elevará a dívida em 6,6%, para além do patamar de R\$ 4 trilhões. O custo anual com os juros incidentes sobre o valor contratado deve chegar a pouco mais de R\$ 23 bilhões.

Vanderlan lamenta demissões em mineradora de amianto

Vanderlan Cardoso (PP-GO) lamentou a demissão de todos os funcionários da mineradora Sama, que produz amianto em Minaçu (GO). Segundo o senador, a medida foi motivada por decisão judicial, baseada em estudo científico que concluiu que a matéria-prima é prejudicial à saúde dos trabalhadores.

— Nos Estados Unidos e em países desenvolvidos, quando uma empresa faz o que essas empresas fizeram, os donos vão para a cadeia. Vão pagar, como aconteceu com a OAS, Odebrecht e tantas outras. Mas as empresas e os empregos são sagrados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sessão especial comemora Dia Nacional da Defensoria Pública

O Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio, foi celebrado ontem em sessão especial, a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS). A importância da instituição para garantir a defesa da população vulnerável, a paixão que move os defensores públicos em seu serviço, mesmo com a falta de infraestrutura e pessoal, e os problemas orçamentários que a instituição vive, especialmente após a Emenda Constitucional (EC) 95, de 2016, sobre o teto de gastos, foram registrados durante a sessão.

Segundo o presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, José Fabrício de Lima, quando o Estado consegue desenvolver



O defensor público federal Igor Roque fala em sessão dirigida por Paim (E)

ações de resgate de cidadania, garantindo respeito aos direitos básicos, diminuem-se os índices de criminalidade e toda a sociedade ganha.

O defensor público-geral federal, Gabriel Faria Oliveira, citou a trajetória da Defensoria, criada com a Constituição, em 1988, mas nascida somente em

1995, e fortalecida por propostas aprovadas pelo Congresso ao longo dos anos. Com isso, a Defensoria Pública, tanto da União quanto dos estados, pode prestar serviços para mostrar que o Poder Judiciário não se destina unicamente a quem consegue pagar advogado. Só em 2018, com 630

defensores públicos federais, foram mais de 1,8 milhão de novos atendimentos.

No entanto, a DPU só chega a 30% do território nacional. Ou seja, em 70% do país existe um juiz para julgar, um promotor do Ministério Público para acusar, mas não existe um defensor público para garantir a ampla defesa e oferecer o contraditório, como determinou a EC 80, de 2014. Passados cinco anos da promulgação do texto, isso ainda não foi garantido à população, e nem será, considerando-se os limites "nefastos" impostos pela EC 95, segundo o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Igor Roque.

Girão apresenta dados contra liberação dos jogos de azar no país

Contrário à liberação dos jogos de azar no país, o senador Eduardo Girão (Pode-CE) apresentou ontem dado que mostra os prejuízos que a medida, se implementada, pode trazer aos apostadores. Os defensores da liberação afirmam que o país arrecadará, em tributos, R\$ 15 bilhões ao ano. Só que o economista Ricardo Gazel, conforme citou o senador, informa que a legalização dos jogos de azar vai gerar gastos de R\$ 4,5 bilhões para o tratamento do vício.

Girão questionou ainda o argumento de que a liberação dos jogos de azar vai gerar empregos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Otto defende revitalização do Rio São Francisco

O Dia Nacional em Defesa do Rio São Francisco, celebrado ontem, foi lembrado por Otto Alencar (PSD-BA). Para o senador, não há motivos para comemorar. Ele defendeu mais investimentos para que a transposição possa garantir o recurso para localidades que dependem do rio.

— Essa tem sido a minha bandeira, para que o governo possa entender que, sem a revitalização, não haverá suprimento de água para a transposição. Este ano mesmo, no Orçamento, há mais de R\$ 400 milhões para a transposição e há apenas R\$ 10 milhões para a revitalização, que é um número muito pequeno, muito inferior à necessidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano elogia Saúde na Hora, criado pelo Ministério da Saúde

Elmano Férrer (Pode-PI) elogiou a decisão do Ministério da Saúde de criar o Programa Saúde na Hora, que oferece incentivo financeiro às unidades de saúde da família que ampliem horário de atendimento à população. Segundo o senador, a ideia de atendimento à noite foi levada por ele ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. O programa, disse, vai facilitar atendimento ao trabalhador que não consegue uma consulta.

— Isso é uma decisão deste governo que vai beneficiar milhões de trabalhadores em nosso país, sobretudo nas grandes cidades, aquelas com mais de 100 mil habitantes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH A Previdência e as Forças Armadas

9h Audiência para debater Previdência Social, com foco nas Forças Armadas.

CE Novas universidades

9h Debate sobre a implantação de universidades criadas em 2018. Às 11h, pauta de 22 itens.

CAE Despesas dos estados

10h Entre 12 itens, o PLS 163/2018 — Complementar, que exclui pagamento de precatórios das despesas dos estados.

CCI Medidas anticorrupção

10h Audiência pública para debater o PL 1.864/2019, que estabelece medidas para combater a corrupção e o crime organizado.

CI Obras em rodovias

11h Audiência com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para debater atraso em obras de rodovias e eficácia de concessões. Depois, análise de requerimentos.

CTFC Desperdício de água

11h30 Entre 11 itens, o PLC 70/2018, que cria a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.

CPI DE BRUMADINHO Audiência

13h Debate com representantes do TCU e da Fundação Gorceix.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, a PEC 26/2017, sobre sistema de avaliação de políticas públicas.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Mudança em regras do INSS segue para sanção

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre convocou excepcionalmente uma sessão deliberativa para ontem e destacou que o diálogo e o entendimento viabilizaram o acordo para votar MPs prestes a vencer

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que busca coibir fraudes nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A MP 871/2019, que segue agora para a sanção da Presidência da República, foi aprovada com 55 votos a favor e 12 contrários.

A medida, aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 11/2019), cria um programa de revisão de benefícios previdenciários, exige cadastro do trabalhador rural e restringe o pagamento de auxílio-reclusão apenas aos casos de pena em regime fechado. Votada na Câmara dos Deputados na quinta-feira, a MP perderia a eficácia hoje.

Para viabilizar a aprovação no último dia de sua validade, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocou uma sessão deliberativa para ontem. Às segundas-feiras, as sessões costumam ser apenas de debate. Ele destacou que o diálogo entre o senadores viabilizou o acordo construído na semana passada com todos os líderes partidários e com o líder do governo para votar a MP.

— Quero agradecer a todos os senadores e senadoras que vieram, em uma segunda-feira, exercer o seu mandato parlamentar, representando o povo brasileiro, sabendo da responsabilidade da votação desta medida provisória — disse.

Acesso a dados

De acordo com o texto final da MP, o INSS terá acesso a dados da Receita Federal, do Sistema Único de Saúde (SUS), do FGTS e de outros bancos de informações para a análise de concessão, revisão ou manutenção de benefícios. O texto proíbe o compartilhamento, com outras entidades privadas, de dados obtidos com entidades privadas com as quais mantenha convênio.

Previstos para durar por dois anos (2019 e 2020), prorrogá-



Bittar, Braga e Davi conversam na sessão na qual a medida foi aprovada

veis até 2022, os programas de análise de benefícios com indícios de irregularidades e os de revisão de aposentadoria por incapacidade pretendem continuar a revisão já realizada em anos anteriores.

Médicos peritos do INSS receberão um adicional por processo analisado além do horário de trabalho. Caso haja indício de irregularidade, o beneficiário será notificado para apresentar defesa em 30 dias. Emenda do deputado Bohn Gass (PT-RS) aumentou para 60 dias esse prazo para trabalhador rural, agricultor familiar e segurado especial.

O texto também passa a exigir prova de vida anual por meio de comparecimento na agência bancária pela qual recebe. Pessoas com deficiência moderada ou grave deverão receber funcionário do órgão em suas casas, e idosos com mais de 60 anos terão regras especiais a serem definidas pela presidência do INSS.

A MP proíbe o pagamento do auxílio-reclusão aos presos em regime semiaberto, que, segundo o governo, podem trabalhar. O benefício também não poderá ser pago se o presidiário já tiver direito a qualquer outro pago pelo INSS.

O texto aprovado prevê ainda que o exercício de atividade remunerada pelo preso em regime fechado não acarreta perda do benefício pelos dependentes e que, em caso de falecimento na prisão, o valor

da pensão por morte levará em conta o tempo de contribuição adicional que porventura tenha sido paga ao INSS. A família poderá optar pelo valor do auxílio-reclusão.

Debate

Na discussão da MP, o senador Major Olimpio (PSL-SP) disse que a medida pode permitir economia de quase R\$ 10 bilhões anuais para os cofres do governo.

Mas, para Humberto Costa (PT-PE), as medidas de eficiência poderiam ser implementadas de forma administrativa. O senador afirmou que “o grosso das fraudes” não está nos benefícios, mas é praticado por grandes empresários. Ele desafiou o governo a mostrar, em um ano, a economia prometida.

Na visão de Carlos Viana (PSD-MG), a MP é “excepcional no combate à fraude e na responsabilidade com as contas públicas”, mas há pontos que exigiriam mais análise, como a previsão da retirada da legitimação de sindicatos e federações para emitir a comprovação de trabalho rural.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), argumentou que foram feitas mudanças para atender os trabalhadores do campo. Izalci Lucas (PSDB-DF), que presidiu a comissão mista da MP, disse que o próprio trabalhador rural poderá fazer a “autodeclaração”, tornando o processo mais simples.

Aprovada gratificação para servidores e cedidos à AGU

Poucas horas antes de perder a validade, a medida provisória que ampliou o prazo para o pagamento de gratificações a servidores e empregados cedidos à Advocacia-Geral da União (AGU) foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado e segue agora para promulgação.

Por não terem ligação com o conteúdo original da MP, três emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados que tratavam sobre a carreira dos bombeiros militares do Distrito Federal foram canceladas pelos senadores.

Aprovada pelos deputados na semana passada, a MP 872/2019 prorroga até 4 de dezembro de 2020 o prazo de pagamento da gratificação de representação de gabinete e da gratificação temporária a servidores ou empregados de outros órgãos que estejam trabalhando na AGU. O prazo para as gratificações se encerraria em 31 de janeiro de 2019, dia em que o Executivo editou a MP.

Segundo o governo, a prorrogação foi necessária para assegurar a continuidade do serviço da AGU, que enfrenta carência de pessoal. A situação, segundo o Executivo, tende a se agravar ainda mais porque há expectativa elevada de aposentadorias nos próximos anos.

O texto aprovado também inclui os integrantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) vindos do Ministério da Justiça e Segurança Pública entre os que poderão ser representados pela AGU em casos de investigação ou processo judicial.

Antes, a lei de cooperação federativa na área de segu-

rança (Lei 11.473, de 2007) previa a assistência aos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria de Operações Integradas e do Departamento Penitenciário Nacional, que trabalham na Senasp.

Pertinência

O relator da MP, senador Telmário Mota (Pros-RR), apresentou voto favorável, mas criticou os “jabutis” (dispositivos que não tinham relação direta com o texto original da MP) incluídos pela Câmara. Ele avisou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu, em acórdão, pela inconstitucionalidade desses dispositivos.

— As emendas têm conteúdo meritório, sou a favor dessas reivindicações dos bombeiros, mas não há pertinência temática. Não cabem aqui nessa MP — disse.

Assim, antes da votação, o Senado aprovou requerimento de impugnação e retirou da medida as emendas aprovadas pelos deputados relativas a critérios para contratação e promoção de bombeiros militares do DF. Apesar de ser uma corporação administrada pelo governo distrital, a legislação é federal porque a União custeia o pagamento de pessoal de segurança e de educação com recursos direcionados ao Fundo Constitucional do DF.

Uma das emendas canceladas excluiria dispositivo da Lei 12.086, de 2009, que limita o ingresso anual ao quadro do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a quantitativo especificado nessa lei.

Com Agência Câmara

Mudança em tramitação de MPs entra na pauta da Câmara

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que recebeu ofício da Câmara dos Deputados informando que a PEC 70/2011, que altera o rito das medidas provisórias, foi incluída na ordem do dia daquela Casa. A proposta (que tramitou no Senado como PEC 11/2011) distribui de forma mais igualitária o tempo de tramitação das MPs entre Câmara e Senado, garantindo aos senadores um prazo maior para análise das MPs.

— O acordo construído com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se consolidou. Ou seja, em breve teremos a votação da emenda constitucional pelos deputados, o que dará tranquilidade para

o Senado resolver de uma vez por todas esse período de avaliação e de discussão das MPs — afirmou.

Maia apresentou ontem aos líderes da Câmara um texto do acordo entre as duas Casas. Segundo o deputado, a PEC dá mais tempo para que as duas Casas analisem as medidas. Ele deu como exemplo a MP 871/2019, que combate fraudes no INSS e foi analisada pelo Senado no último dia de validade. Maia afirmou que a Câmara teve apenas 12 dias para analisar o texto.

— A medida chegou muito tarde. Esse é um bom exemplo que precisamos melhorar a tramitação das MPs — disse.

Com Agência Câmara

RÁPIDAS

AVANÇA PROPOSTA QUE PERMITE TER DUPLA NACIONALIDADE

O Plenário realizou ontem a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que acaba com a perda automática de cidadania brasileira de quem obtém outra nacionalidade (PEC 6/2018). Segundo a PEC, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), a perda de nacionalidade ficará restrita a duas possibilidades: quando a naturalização for cancelada por decisão judicial em virtude de fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado democrático, ou quando for feito um pedido expresso.

MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO VAI TRAMITAR COM URGÊNCIA

Será analisado com urgência o projeto que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico. O requerimento para a tramitação mais rápida foi aprovado ontem em Plenário. O PL 3.261/2019 foi apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para substituir a MP 868/2018, que não chegou a ser votada pela Câmara e perdeu a validade ontem. De acordo com Tasso, a nova proposta reproduz o texto do projeto de lei de conversão da medida provisória, que incorporou várias emendas, em acordo com líderes.

SÃO LUÍS SERÁ A CAPITAL NACIONAL DO BUMBA MEU BOI

O Plenário aprovou ontem projeto que reconhece São Luís como a capital nacional do Bumba Meu Boi. Do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), o PLC 3/2018 foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no dia 21 de maio e enviado ao Plenário em regime de urgência. Agora, segue para a sanção da Presidência da República. O relator na CE, Roberto Rocha (PSDB-MA), disse que a manifestação cultural em torno da figura do boi é tradição em diversos estados brasileiros, mas no Maranhão é mais popular.

Confúcio Moura define dez desafios inadiáveis para o país

Confúcio Moura (MDB-RO) destacou ontem dez desafios inadiáveis para o país sair de sua “situação dramática” de falta de recursos, de falta de crescimento e de desemprego. Entre os desafios, estão o ajuste das contas públicas, a rediscussão do funcionalismo público, o pacto federativo, a reforma da Previdência e reforma do Estado.

Para ele, o avanço das concessões e a redução da burocracia também são desafios.

— Temos que digitalizar documentos, interligar processos e prontuários, fazer matrícula sem precisar ir para a fila — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fraudes no INSS dão prejuízos de R\$ 10 bi, alerta Major Olimpio

Major Olimpio (PSL-SP) reconheceu ontem, em Plenário, o pouco tempo que o Senado teve para votar a medida provisória que combate fraudes no INSS. Segundo o senador, se a medida provisória não fosse votada e, portanto, perdesse a validade, o prejuízo com fraudes seria de R\$ 10 bilhões ao ano.

— Por exemplo, o auxílio-reclusão. O preso que for para o regime semiaberto pode trabalhar, então, ele não deve mais receber o auxílio-reclusão. Isso é necessário para o país. Não se trata de bandeira de governo ou de oposição — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro Dias defende crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões

O projeto de crédito suplementar que libera R\$ 248,9 bilhões para gastos do governo federal tem um valor exagerado, mas deve ser aprovado, segundo Alvaro Dias (Pode-PR).

Na avaliação do senador, há previsão de que R\$ 110 bilhões já atenderiam as necessidades básicas atuais e o pagamento de benefícios previdenciários, do Plano Safra e do programa Bolsa Família. De acordo com ele, esse exagero no PLN 4/2019 é negativo, mas a não aprovação dos recursos suplementares seria pior, pois comprometeria o funcionamento de setores fundamentais como saúde, educação, segurança pública e defesa nacional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senadores debatem hoje ações do pacote anticrime

Projeto que será discutido pela Comissão de Constituição e Justiça tem o mesmo teor do enviado à Câmara dos Deputados, em fevereiro, pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) debate hoje um dos projetos que compõem as medidas anticrime e anticorrupção do governo federal. O PL 1.864/2019 altera 13 leis e decretos nas áreas de atuação policial, processo penal, banco de dados, progressão de regime, corrupção, enriquecimento ilícito e outros.

As ações anticrime chegaram à Câmara dos Deputados em fevereiro. São três projetos de lei assinados pelo presidente Jair Bolsonaro e defendidos pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro. Em março, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) apresentou no Senado três projetos com o mesmo teor das propostas enviadas à Câmara. O PL 1.864/2019 é considerado a



Eliziane é autora de projetos semelhantes aos que estão na Câmara

espinha dorsal do pacote.

O relator, Marcos do Val (Cidadania-ES), foi o autor do requerimento da audiência. “Estamos vivendo um momento em que o combate à corrupção, a redução da criminalidade violenta e o aprimoramento das políticas de segurança pública encontram-se como prioridades na

pauta do governo federal e do Parlamento. Essas são exigências atuais da sociedade das quais não podemos nos esquivar”, justificou o senador.

No total, foram convidadas 19 pessoas para participar do debate, entre elas, promotores de Justiça, juízes, professores e especialistas em segurança pública.

Edilson Rodrigues/Agência Senado — 9/5/2019

Fraudadores não podem prejudicar maioria, diz Braga

Eduardo Braga (MDB-AM) disse ontem, antes da votação da MP 871/2019, que era preciso bom senso para analisar o texto, que tinha como objetivo combater fraudes no INSS, para não penalizar os que verdadeiramente precisam do benefício.

— Não é em função de uma minoria que fraudam o INSS que todos devam ser punidos e prejudicados.

Ele também fez um apelo para a correção da palavra “gênero”, colocada, segundo ele, por engano pelo relator no texto.

— A questão do gênero para ter declaração no cadastro do INSS foi incluída por engano. Portanto, isso não é uma questão de mérito — explicou.

Para Wellington, iniciativa ajuda a moralizar o INSS

A aprovação da medida que combate irregularidades em benefícios previdenciários é extremamente importante para moralizar o INSS, afirmou ontem Wellington Fagundes (PL-MT).

Segundo o senador, a MP 871/2019 também cria ferramentas para melhorar e agilizar o atendimento do INSS aos segurados. Atualmente não há perito suficiente para atender a população brasileira, criticou.

— A MP permite que os peritos do INSS recebam um adicional por processo analisado além do horário de trabalho. Isso é extremamente importante.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Flávio relata que medida já teve bons resultados

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) defendeu a MP 871/2019 que institui mecanismos de combate a fraudes na Previdência Social. O senador disse que, desde a edição da medida, há quatro meses, 79% dos pedidos de aposentadoria por tempo de contribuição foram concedidos de forma automática.

O mesmo ocorreu, segundo Flávio, em 50% dos pedidos de salário-maternidade protocolados na semana passada.

— Outro efeito positivo foi a redução de 22% do tempo de espera de resposta a requerimentos protocolados junto ao INSS — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier: ações contra desvios atacam problema fiscal

O senador Lasier Martins (Pode-RS) defendeu a aprovação da MP 871/2019, que aprimora os mecanismos de combate de desvios, sonegações e desperdícios na Previdência Social. Uma das mudanças trazidas pelo texto, apontou, é o acesso a todos os dados geridos pelo INSS, que poderão ser do conhecimento do Ministério da Economia.

— A medida também ajuda a atacar o explosivo problema fiscal. Essa MP serve como uma pré-condição para a discussão da reforma da Previdência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto acusa governo de não ter agenda para o país

Humberto Costa (PT-PE) acusou o governo de não ter agenda para o país, e de assistir, sem fazer nada, à queda do PIB, à diminuição da renda e ao aumento do desemprego. Segundo o senador, o mandato do presidente Jair Bolsonaro não atingiu ainda seis meses e o mercado já sentia que 2019 é um ano perdido quanto à recuperação da economia.

— Estamos às vésperas de uma greve geral, que virá no dia 14 de junho, e isso não vai parar. Essa insatisfação popular só vai aumentar mais a cada dia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ninguém é contra combater fraude no INSS, afirma Omar Aziz

Antes da votação de ontem, em Plenário, Omar Aziz (PSD-AM) disse que nenhum senador é contra combater fraudes no INSS, mas é preciso distinguir o certo do errado, para não prejudicar as pessoas que realmente precisam. O senador se referia à MP 871/2019, que busca combater fraudes e benefícios irregulares no INSS.

— Não é verdade que todos os brasileiros que estão aposentados estão causando esse tipo de problema, mas sabemos que há alguns benefícios que não são legais, que não são de direito, o que nós temos que combater — afirmou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Carlos Viana destaca mudanças em pontos de medida provisória

Antes da ordem do dia, Carlos Viana (PSD-MG) disse que a medida provisória que combate irregularidades em benefícios previdenciários (MP 871/2019) disse que alguns pontos da medida precisariam ser mais discutidos.

— Um ponto que pode ser rediscutido é a retirada dos documentos de comprovação para aposentadorias rurais de sindicatos e federações. Nós sabemos que as fraudes hoje nessa área são profundas, milionárias e sangram o INSS, mas não é tirando os direitos dos brasileiros mais pobres, que trabalham no campo, que vamos resolver a questão.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose pede análise de propostas que ajudem o Brasil a sair da crise

Os senadores precisam se responsabilizar pela votação de propostas que possam ajudar a tirar o país da crise, disse Rose de Freitas (Pode-ES). Segundo ela, o atual cenário é a soma de faltas que foram cometidas, ao longo dos anos, na gestão do país. Como contribuição ao combate a fraudes e focos de corrupção, a senadora defendeu a aprovação da MP 871/2019, “que busca passar um pente-fino no INSS”.

— Hoje, o problema da Previdência nada mais é que a gestão fraudulenta em muitos casos. Vivemos juntos uma CPI que mostrou que não há falência da Previdência. Há falência do Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aposentadoria especial divide opiniões em debate

Enquanto governo vê aumento de déficit na Previdência da maioria dos estados, representantes dos médicos, dos trabalhadores da indústria e das pessoas com deficiência criticaram a reforma

HOJE MAIS DA metade dos servidores estaduais têm direito a aposentadorias especiais, o que influencia a formação de déficits crônicos no sistema previdenciário da maioria dos estados. Esse foi o quadro apresentado pelo diretor Benedito Brunca, da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O senador Eduardo Girão (Pode-CE) destacou que os números são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e chamou a atenção para alguns dos mais importantes estados do país, que nos últimos anos têm atrasado e parcelado os salários de servidores ativos e inativos, muitos deles segurados especiais.

— Curiosamente os quatro estados com maiores déficits previdenciários estão entre os que têm mais servidores nessa condição, que possibilita receber proventos acima da média nacional. No Rio de Janeiro, são 57,7% nessa situação; em Minas Gerais, 59,7%; em São Paulo, 60,4%; e no Rio Grande do Sul, 61,2% — alertou o senador.

Situação caótica

Brunca afirmou que o déficit previdenciário de boa parte dos estados e municípios leva a uma situação “caótica” por conta do alto índice de carreiras especiais, que correspondem às carreiras do magistério, das polícias e da área da saúde, todas com regramentos específicos. Ele disse ainda que um dos objetivos da reforma da Previdência (PEC 6/2019) é aliviar essa asfixia fiscal dos estados e municípios, não trazendo mais efeitos às aposentadorias especiais junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Bittar: país poupará R\$ 10 bi ao ano com MP antifraude

Antes da votação em Plenário ontem, Marcio Bittar (MDB-AC) defendeu a aprovação da MP 871/2019, que combate irregularidades em benefícios previdenciários. Para o senador, a medida é necessária para a economia do país.

— Hoje [ontem], nós votaremos aprovando essa medida provisória que significará uma economia, no primeiro ano, de quase R\$ 10 bilhões. Ora, se o Brasil concede benefícios e, com o tempo, percebe que aquilo não significa mais a verdade do momento passado, por que não cancelar? Se ele descobre a fraude, não pode cancelar?

O senador também pediu o fim do auxílio-reclusão, que paga por mês R\$ 1 mil a quem está preso.



Styvenson Valentim (D) preside debate sobre aposentadorias especiais

Brunca ainda criticou o alto índice de judicialização que tem havido no Brasil, ligado à concessão de aposentadorias especiais. Pelas regras atuais, é um benefício concedido ao cidadão que trabalha exposto a agentes nocivos à saúde, como calor ou ruído, de forma contínua e ininterrupta, em níveis de exposição acima dos limites estabelecidos em legislação própria, bem como outros critérios de risco. Por esse motivo, possuem um regime diferenciado e podem se aposentar com tempo menor de trabalho e contribuição.

Capacidade humana

O presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Jorge Darze, chamou de “inaceitável” a proposta de reforma da Previdência ao prever que médicos só teriam acesso à aposentadoria integral após 40 anos de contribuições. Para ele, é “ilógico” condicionar o acesso à aposentadoria de diversas categorias profissionais às idades mínimas estabelecidas na PEC 6/2019, pois as regras hoje vigentes são baseadas em rigorosas pesquisas científicas, atestando o limite da capacidade humana para o exercício de determinadas atividades.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José

Reginaldo Inácio, registrou que o Brasil é marcado pelos mais altos índices de mortes e acidentes de trabalho no mundo, e que as regras mais restritas na concessão de benefícios e pensões poderão criar uma legião de famílias levadas à miséria.

— O país é marcado hoje pela superexploração da classe trabalhadora e pela precarização nas relações trabalhistas, haverá uma quantidade imensa de trabalhadores impossibilitada de acessar a aposentadoria na condição especial, e ao mesmo tempo inapta para o trabalho — lamentou.

Em nome do Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência (Conade), a advogada Ana Cláudia Mendes alertou que o texto cria barreiras no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a pensões e outros benefícios, a um grupo social já marcado por dificuldades de inclusão no mercado de trabalho e na vida social, com expectativa de vida reduzida e altos custos na aquisição de equipamentos e com despesas em saúde.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), garantiu que manterá as articulações para que nenhum artigo da reforma da Previdência torne mais difícil o acesso às aposentadorias em condições especiais.

Jorge Kajuru defende benefício para guardas municipais e civis

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu ontem a aposentadoria especial para guardas municipais ou guardas civis. Para o senador, a medida é necessária, pois são eles que protegem e cuidam ostensivamente dos bens, serviços e instalações municipais. Segundo ele, a equiparação desses profissionais às demais forças policiais do país deve ser estabelecida no texto da PEC 6/2019.

— Certamente, quando a proposta da reforma da Previdência chegar aqui ao Senado, nós teremos que dar uma atenção a essa reivindicação, a essa classe tão sofrida. Esses profissionais têm um salário ridículo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Estudo aponta fragilidade da Previdência Social nos estados

Diante da fragilidade das contas das previdências estaduais, a Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 é possivelmente o único modo de equilibrar ou ao menos reduzir os desequilíbrios em prazo razoável de tempo. A avaliação consta do estudo *A Situação das Previdência Estaduais*, do consultor legislativo Josué Pellegrini, divulgado pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

O estudo aponta que a situação é problemática na maioria dos estados e bastante grave em alguns. Em 2017, à exceção dos chamados estados novos — Roraima, Rondônia, Tocantins e Amapá —, todos os demais operavam com déficit financeiro. Em alguns, o déficit superou os 15% da receita corrente líquida (RCL).

O desequilíbrio decorre em grande medida de regras favoráveis aos segurados, que garantem aposentadoria precoce, além de benefício em valor muito próximo ao da remuneração do servidor ativo, seja no momento em que o cálculo do benefício é feito, seja por ocasião das correções periódicas. No caso dos estados, esse problema é agravado, pois cerca de metade dos servidores estaduais pertence a categorias beneficiadas com regras mais favoráveis, notadamente professores e militares, aponta o estudo.

Inativos

Questões demográficas juntam-se às regras favoráveis para pressionar as despesas previdenciárias. No período 2006-2015, os inativos dos estados cresceram 37,9%, enquanto o número de ativos diminuiu 3,4%. Com isso, a relação entre ativos e inativos caiu continuamente. Em 2017,

praticamente todos os estados tinham relação igual ou inferior a 2, à exceção dos quatro estados novos. As perspectivas tampouco são favoráveis, aponta o estudo. Dadas as regras atuais, o número de inativos deverá continuar aumentando em relação aos ativos. A idade média dos servidores estaduais era de 45 anos, em 2015. Quase um terço tinha mais de 50 anos. Em muitos estados do Nordeste essa participação era ainda mais acentuada. Quanto aos militares, o problema é possivelmente mais grave por conta da maior precocidade das aposentadorias e benefício mais elevado em relação à remuneração na ativa.

As perspectivas para as previdências estaduais acabam retratadas nos números dos respectivos resultados atuariais. Todos os estados têm déficit atuarial, inclusive os estados novos, já que a análise atuarial projeta as contas futuras. O déficit atuarial total dos estados era de R\$ 5,2 trilhões, em 2017.

Contas deterioradas

Se os fluxos de novas aposentadorias não forem retardados, indica o estudo, os efeitos recairão sobre os servidores ativos, com impactos sobre os serviços oferecidos nesse âmbito de governo, sabidamente intensivos em mão de obra.

“A eficácia da reforma previdenciária dependerá, é claro, da preservação de aspectos essenciais das regras propostas, especialmente o endurecimento dos dispositivos dirigidos às categorias que contam atualmente com regras mais favoráveis nos estados, em grau pelo menos equivalente ao proposto para os servidores públicos em geral”, conclui o estudo.

Comissão discute proposta para previdência das Forças Armadas

O projeto que atualiza o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas será tema de debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O texto (PL 1645/2019) aumenta de 30 para 35 anos o tempo de serviço necessário para que servidores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica passem à inatividade e aumenta as idades para essa condição, dependendo dos postos hierárquicos. O ponto de conflito é que o projeto também reestrutura a carreira militar, com rea-

justes pontuais de soldos e criação ou modificação de adicionais e ajudas de custo, totalizando uma despesa de R\$ 86,8 bilhões em uma década. Feitas as contas, a economia efetiva com o sistema dos militares seria de R\$ 10,5 bilhões nesse prazo.

Foram convidados representantes dos Ministérios da Defesa e da Economia. Também devem participar do debate especialistas em direito militar e representantes de associações das Forças Armadas, dos militares na reserva e dos inativos.

Projeto proíbe estereótipo de gênero em publicidade

Comissão pode votar proposta que classifica como abusiva publicidade que veicule discriminação de gênero ou que reforce estereótipos para vender produtos e serviços para crianças e adolescentes

PODE SER VOTADO hoje projeto que classifica como abusiva toda publicidade que incite a discriminação baseada em gênero. O texto, que também proíbe o reforço de estereótipos de gênero na exposição de produtos ou serviços para crianças e adolescentes, está na pauta da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC),

que se reúne às 11h30. O PLS 332/2015 altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) para estabelecer entre os direitos básicos do consumidor a “proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, incluindo a que reforça a discriminação baseada em gênero”.

O projeto afirma ainda que é papel do Estado coibir e reprimir esse tipo de discrimina-

ção nas relações de consumo.

Ao apresentar o texto, a ex-senadora Vanessa Grazziotin lembrou que “a discriminação baseada nos papéis sociais estereotipados de homens e mulheres se manifesta na violência doméstica, na injusta divisão de tarefas dentro do lar, na desqualificação do trabalho da mulher, entre outros”. Segundo Vanessa, o objetivo do projeto é também quebrar os estereótipos que reforçam um papel de submissão da mulher.

Consciência

O texto já foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Na CTFC, a relatora é a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), que recomenda a aprovação apenas com emendas de redação. Para ela, a discriminação baseada em gênero é um grave problema de cunho social e está na consciência coletiva da sociedade brasileira, motivo pelo qual é necessário combatê-la.



Para Mara Gabrilli, a discriminação de gênero é um problema social

Escola pode educar para combate à violência contra a mulher

Projeto que inclui conteúdo relacionado à prevenção de violência contra a mulher nos currículos da educação básica deve ser votado hoje na Comissão de Educação (CE), em decisão final. Se aprovado, o texto deve seguir para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para ir ao Plenário.

O PL 598/2019, de Plínio Valério (PSDB/AM), tem voto favorável de Daniella Ribeiro (PP-PB). A senadora baseia seu relatório na pesquisa *Visível e Invisível — a vitimização de mulheres no Brasil*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Datafolha em 2018. “Segundo o levantamento, 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora no ano passado, e 9 foram vítimas de algum tipo de agressão de natureza sexual a cada minuto. Já 12,5 milhões foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento, enquanto 1,6 milhão sofreu espancamento ou tentativa de estrangulamento. E 3,9 milhões foram assediadas fisicamente em transporte público e 6 milhões sofreram algum tipo de assédio sexual no ambiente de trabalho”,



Daniella Ribeiro baseia seu relatório em pesquisa sobre violência

enumera Daniella.

“A pesquisa ainda apurou que 76,4% das mulheres relataram que o agressor era alguém conhecido — em 23,8% dos casos o agressor era o cônjuge, namorado ou companheiro. Esses números indignantes mostram que a violência contra a mulher é enraizada na cultura. Houve avanços importantes, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), mas precisamos investir também em ações preventivas de caráter estrutural. É aí que entra atuar na formação nas escolas”, justifica.

Comissão avalia criação de novas universidades

A implantação de novas universidades, criadas em 2018, será tema de debate hoje, às 9h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a pedido do senador Wellington Fagundes (PL-MT). O senador justificou o pedido destacando a importância das universidades no processo de desenvolvimento local e regional.

Foram convidados para participar da audiência pública o reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Edward Madureira Brasil, o reitor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), José Arimateia Dantas Lopes, a reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Maria José de Sena, a reitora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Myrian Thereza de Moura, o diretor da regional da UFG em Jataí (GO), Alexandre Martins, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu-MEC), Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, e um representante do Ministério da Economia.

Proposta prevê exame toxicológico para policial

Uma proposta de emenda à Constituição prevê a realização de exame toxicológico para servidores da área de segurança pública. Do senador Styvenson Valentim (Pode-RN), a PEC 87/2019 tem como objetivo proibir o uso de substâncias tóxicas por bombeiros, policiais civis e policiais militares para que eles desempenhem suas funções em plenas condições psíquicas. “Não se pode permitir que um policial, que muitas vezes porta armamento letal, exerça suas funções sob efeitos de substâncias entorpecentes ou psicotrópicas”, explica o autor na justificativa do projeto.

Styvenson também ressalta o exemplo do Espírito Santo, estado no qual o exame toxicológico é obrigatório para a promoção de praças e oficiais da polícia militar. Assim, a recusa em se submeter ao exame acarreta o afastamento do profissional e a abertura de um processo administrativo disciplinar. A PEC tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda a designação de um relator.

Intolerância cresce em ambiente de crise e de individualismo, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem estar preocupado com as manifestações de intolerância no Brasil. Para ele, a base da intolerância é o preconceito, que cresce em um ambiente em que o ideal de respeito e de coletividade sai de cena e dá lugar ao imediatismo e ao individualismo. E as crises política e econômica pioram a situação, disse Paim.

— O crescimento das redes sociais contribui para que a intolerância fique mais visível. Segundo a ONG Safer Net, as denúncias contra páginas que divulgam conteúdos racistas, xenófobos, misóginos, homofóbicos, neonazistas e de intolerância religiosa cresceram mais de 200% — informou.

Reguffe: lista de espera para cirurgia pelo SUS precisa ser pública

Reguffe (sem partido-DF) pediu ontem, em Plenário, que a Câmara dos Deputados não arquivasse projeto já aprovado pelo Senado que torna obrigatória a publicação na internet da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias pelo SUS. Para ele, apenas assim será possível acabar com a influência política para furar fila de cirurgia.

— Talvez interesse a alguns deputados que essa lista não seja publicada, para que eles possam continuar utilizando suas influências para passar pessoas para trás.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ministro debate concessões e atrasos em obras de rodovias

Esperidião Amin, que pediu a audiência, disse que concessionária não cumpre contrato em trecho concedido entre PR e SC

O MINISTRO DA Infraestrutura, Tarcísio Freitas, debate hoje na Comissão de Infraestrutura (CI) a execução do contrato de concessão de trechos de rodovias federais entre Paraná e Santa Catarina e a eficácia do modelo adotado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para as concessões.

Segundo o senador Esperidião Amin (PP-SC), que pediu a audiência, o contrato de concessão dos trechos das rodovias BR-116, BR-376 e BR-101, ligando Curitiba a Palhoça (SC), assinado em 2008, tinha como contrapartida pela cobrança de pedágio melhorias físicas e operacionais ao longo do trecho concedido.

O Contorno Viário da Grande Florianópolis, por exemplo, estava previsto para ser executado até o fim de 2012. No entanto, nada foi finalizado até agora. Adiamentos sucessivos e denúncias de irregularidades no contrato e nas obras constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) levaram Esperidião Amin a propor uma ação civil pública contra a empresa Autopista Litoral Sul e a ANTT.

O último prazo acordado para o fim das obras do contorno viário,



Viaduto em obras é uma das seis interseções ao longo do Contorno Viário de Florianópolis

segundo o senador, foi 2021, mas o cronograma está em risco novamente, por atrasos nas obras, greve de funcionários e, por último, a rescisão do contrato.

“Diante do exposto, se faz necessário obter o esclarecimento formal do Ministério da Infraestrutura sobre as ações da ANTT, diante das inexecuções da Concessionária Autopista Litoral Sul para que, além de tomar medidas necessárias, se possa avaliar a eficiência deste sistema de parcerias

utilizado até então e que, segundo manifesto do atual ministro, deverá ser ampliado ao longo dos próximos anos”, defende Esperidião Amin no requerimento.

Requerimento

Após a audiência, os senadores vão analisar requerimento do senador Marcos Rogério (DEM-RO) que propõe a realização de um ciclo de audiências públicas com o propósito de estudar temas pertinentes à CI.

Projeto obriga que carros tenham controle de tração e de estabilidade

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa projeto que torna obrigatório o controle de estabilidade e tração de veículos novos destinados ao mercado nacional a partir de 1º de janeiro de 2022. O PL 2.965/2019, do senador Elmano Férrer (Pode-PI), aguarda designação do relator.

A Resolução 567/2015, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), já obriga o controle de estabilidade em todos os veículos novos comercializados no Brasil a partir de 2022. Apesar disso, Elmano Férrer entende ser necessário dar segurança jurídica ao tema, estabelecendo a obrigatoriedade em lei.

Atualmente os controles eletrônicos de estabilidade e tração são oferecidos, como itens de série, apenas em veículos mais caros. Os automóveis de preço mais acessível não contam com o sistema. De acordo com o Instituto de Segurança Viária dos Estados Unidos, o controle de estabilidade é capaz de reduzir acidentes fatais em 43%.

“O custo de instalação em veículos saídos de fábrica é baixo, cerca de R\$ 200 por automóvel. Tal valor é irrisório em comparação à economia trazida pelos milhares de acidentes e mortes evitados com a ampla implementação do sistema”, justifica Elmano.

Novo marco do setor ferroviário pode ser aprovado até julho

Um projeto de lei que permite à iniciativa privada a construção e a operação de suas próprias ferrovias foi apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP). Essa possibilidade de negócio será feita em regime de direito privado e realizada mediante autorização do governo, precedida de chamada ou anúncio público.

O PLS 261/2018 já tramitou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde teve parecer favorável aprovado, e agora está na Comissão de Infraestrutura (CI), sob a relatoria de Jean Paul Prates (PT-RN). A proposta ainda deverá ser enviada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), podendo ir direto para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para ser analisada em Plenário.

Jean Paul disse que pretende entregar o relatório na CI até o começo de julho. Ele afirmou que o Senado tem condições de aprovar o projeto ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar do meio do ano.

— Desde que eu recebi essa relatoria, tenho encarado esse projeto como um verdadeiro novo marco regulatório para o setor de ferrovias, uma oportunidade de a gente organizar a legislação que diz respeito a este setor, que é um setor praticamente abandonado do ponto de vista regulatório e de planos de desenvolvimento — afirmou.

Para o senador, a iniciativa de Serra mostrou que o Brasil não tem um marco regulatório ferroviário que induza o desenvolvimento. Ele explica que empresas ou consórcios, inclusive empresas públicas, poderão ir diretamente ao governo pedir autorização para

construir e operar estradas de ferro que atendam interesses de seus negócios, ligando fazendas ou fábricas a outras linhas férreas ou a portos, por exemplo.

Na justificativa do projeto, Serra afirma que a “rodoviarização” do Brasil, a partir dos anos 1960, quando se abandonou o sistema ferroviário para implantar o sistema rodoviário, levou o país ao retrocesso.

“As ferrovias transportam somente 15% das cargas no país. Em extensão de trilhos ativos, retrocedemos aos níveis de 1911, apesar de todos os avanços em produtividade e segurança. A grande maioria de nossas metrópoles está acometida de engarrafamentos que poderiam ser fortemente reduzidos pela extensão da rede de trilhos”, afirma o autor no texto.

Apoio

Durante a sessão de quarta-feira, Serra pediu apoio para o projeto. Ele afirmou que o objetivo da proposta é atrair investimentos privados para a construção da infraestrutura. O senador disse que o Brasil tem atualmente 8.534 quilômetros de estradas de ferro abandonadas, 10 mil quilômetros de ferrovias em operação e 51 mil quilômetros de ferrovias planejadas.

Para Serra, o Brasil precisa passar por um processo de recuperação ferroviária para retomar o desenvolvimento do setor. O senador informou que, em relação ao tamanho da infraestrutura ferroviária, o Brasil ocupa a 88ª posição em uma lista de 137 países analisados.

— Não há dado mais simbólico do nosso atraso e da adversidade encontrados por aqueles que desejam

promover o nosso desenvolvimento. Parte importante desse atraso está na grande dependência dos investimentos públicos para o desenvolvimento do setor, mesmo na hipótese da outorga por concessão — disse.

O projeto prevê que a exploração das ferrovias se dará por uma autorização, em que o governo fará primeiro uma chamada pública de interessados. A competição entre empresas explorando a mesma região geográfica está prevista como forma de incentivar competição e preços módicos.

Está prevista a utilização de um mesmo trecho ferroviário por várias empresas, não ocorrendo a exclusividade em alguns casos, como atualmente ocorre. Serão usados os instrumentos do direito de passagem e do acesso mútuo, para que linhas férreas privadas possam ser usadas por terceiros, mediante pagamento.

Também será criada uma entidade privada de autorregulamentação ferroviária, composta proporcionalmente de concessionários ferroviários (60%), passageiros (15%), embarcadores de carga (20%) e indústria ferroviária (5%). Além disso, uma série de regras sobre fiscalização, financiamento e desativamento de ramais está prevista no projeto.

Será competência da União aprovar os regulamentos e as normas das entidades ferroviárias privadas, bem como fiscalizar e regular as atividades das administrações ferroviárias quanto a aspectos técnicos, ambientais, econômicos e de segurança. Também caberá à União supervisionar as entidades privadas de autorregulação ferroviária, homologar as decisões dessas entidades, e arbitrar os conflitos não resolvidos pelas entidades privadas de autorregulação e pelas administrações ferroviárias.



Ferrovias Transnordestina deve ligar o Porto de Pecém (CE) ao Porto de Suape (PE)

Projetos buscam maior rigor para o trânsito

País pagou R\$ 12 bilhões da Previdência por mortes no trânsito de 2003 a 2012, 228 mil indenizações do DPVAT por invalidez em 2018 e R\$ 2,9 bilhões do SUS de 2009 a 2018

Reportagem: Nelson Oliveira e Ana Luísa Araújo
 Edição: Juliana Steck

O SENADO BUSCA contribuir para a redução do número de acidentes de trânsito, especialmente os que provocam lesões graves e mortes. Como parte das movimentações do Maio Amarelo, uma campanha anual em prol do trânsito seguro, senadores chamaram a atenção para projetos de lei que enrijecem a fiscalização e aumentam as chances de punição de condutores.

O excesso de velocidade é a infração mais cometida por brasileiros nas rodovias federais, com cerca de 4,8 milhões de ocorrências em 2018, contra 3 milhões em 2017 — crescimento de 60% —, segundo o balanço da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A velocidade acima do limite provocou 9 mil acidentes, que resultaram em 10,1 mil feridos e mais de mil mortos no ano passado. Acrescentando as ocorrências nas vias urbanas e rodovias estaduais, o país perdeu 37,3 mil vidas em 2016. Em dez anos, chega-se a 368,8 mil pessoas mortas.

— A impunidade no Brasil não é uma sensação, é uma certeza. Ninguém está preso ou fica preso por crime de trânsito. Se as pessoas não mudam pela educação, mudam pelo medo. Mas é preciso mudar — lamenta o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), policial civil e ex-diretor do Detran.

Na avaliação de Contarato, a fiscalização é pouca e ineficaz, enquanto a educação para o trânsito é insuficiente. O senador é autor do PL 600/2019, que estabelece pena de reclusão (em regime inicial fechado) para quem matar ou lesionar pessoas por ter usado álcool

ou outra substância psicoativa antes de dirigir.

Como os crimes de trânsito são classificados como culposos pelo Código Brasileiro de Trânsito (CTB), devem ser punidos com medidas alternativas, independentemente da extensão da pena. Com base no Código Penal, portanto, um juiz pode aplicar penas como prestação de serviços, limitação de finais de semana e fornecimento de cestas básicas.

A prisão só se consuma nos casos em que o júri popular entende que o condutor assumiu o risco de matar, caracterizando o chamado dolo eventual. Foi o que se deu com o ex-deputado estadual do Paraná Luiz Fernando Ribas Carli Filho. Desde 28 de maio ele cumpre pena em regime semiaberto com tornozeleira eletrônica, por duplo homicídio. Ao dirigir embriagado e em alta velocidade, ele acabou matando Gilmar Rafael Souza Yared, de 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20. Carli tinha perdido a carteira de habilitação depois de receber 30 multas, 23 por excesso de velocidade, e somar 130 pontos.

Fiscalização

Com a experiência de quem já comandou blitz da Lei Seca em Natal, o senador Styvenson Valentin (Pode-RN) menciona as mudanças no CTB efetuadas em 2012 (Lei 12.760) e em 2014 (Lei 12.971), para reconhecer que a legislação está evoluindo, mas lentamente. E reclama da fiscalização pouco efetiva. Faltam suportes material e tecnológico e treinamento das equipes.

— O que adianta um papel, se não tem quem aplique?

Em nível administrativo, o excesso de recursos e a leniên-

Infrações mais flagradas na estrada

Tipo de infração	Autuações em 2017
Velocidade até 20% acima da máxima	2.329.261
Deixar de manter a luz baixa acesa	905.620
Velocidade entre 20% e 50% acima da máxima	499.562
Ultrapassagem em linha contínua	224.479
Condutor sem cinto de segurança	143.913
Conduzir veículo sem licenciamento	142.195
Equipamento obrigatório em desacordo	102.945
Dirigir sem habilitação	100.598
Conduzir veículo em mau estado	90.143
Passageiro sem cinto de segurança	69.443

Fonte: Polícia Rodoviária Federal.

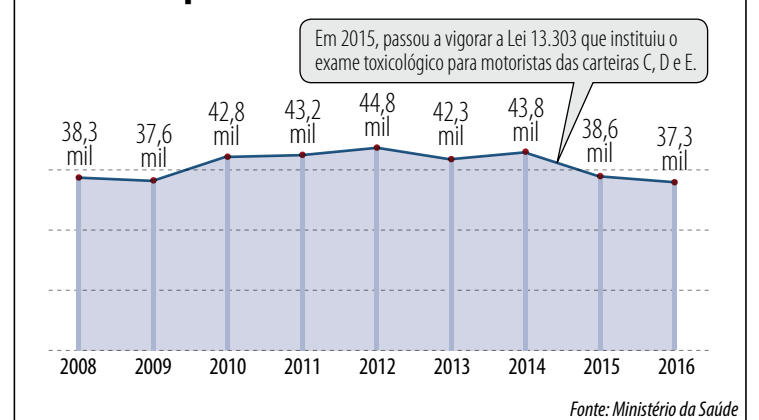
cia da burocracia dificultam a suspensão de carteiras.

— A lei não corrige o cara que mata no trânsito. O direito vê isso como não intenção de matar. Como não? Se se embriagou e mesmo assim pegou no volante? — questiona.

O senador apresentou projeto (PL 1.334/2019) para que parte dos R\$ 9 bilhões recolhidos em multas todos os anos sejam usados no tratamento de reincidentes em infrações que envolvam o uso de álcool ou outras drogas. Ele também propôs o PL 1.612/2019, que condiciona a devolução da carteira de habilitação ao condutor reincidente a tratamento para curar o vício.

Para o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital, a solução para reduzir os acidentes depende de fatores como prevenção, reforço na fiscalização

Mortes por acidentes de trânsito no Brasil



e sinalização e melhorias na infraestrutura e no aprimoramento dos itens de segurança dos veículos. “O impacto desses acidentes nos serviços de saúde é alto”, diz Vital em informe do CFM.

O trânsito brasileiro consumiu da Previdência Social R\$ 12 bilhões em benefícios por mortes entre 2003 e 2012, gerou 228 mil indenizações por invalidez pagas pelo seguro obrigatório DPVAT em 2018, a maior parte delas por causa de acidentes de moto, e pressionou o Sistema Único de Saúde (SUS) em R\$ 2,9 bilhões entre 2009 e 2018. Diante dessa realidade, Styvenson disse ter se surpreendido com determinação do presidente da República de desativar radares em rodovias federais.

Ação

O primeiro anúncio foi feito em março, pelo Twitter, e falava no cancelamento de 8 mil novos radares fixos. Dez dias depois, a juíza Diana Vanderlei, da 5ª Vara Federal em Brasília, suspendeu a retirada, atendendo a pedido em ação popular impetrada por Contarato.

Em 1º de junho, o presidente defendeu novamente a medida, argumentando que ela desferiu “um golpe na indústria da multa” e economizou R\$ 1 bilhão.

Já Styvenson elogiou a decisão de Diana Vanderlei.

— Pardal não cansa, pardal não pede hora-extra. O quebra-molas danifica o carro, prejudica o patrimônio, mas não multa e não dá pontos na carteira — diz Styvenson.

O presidente anunciou no dia 1º, igualmente pelo Twitter, que mandará projeto de lei à Câmara esta semana com a proposta de aumentar de 20 para 40 o número de pontos que o condutor pode atingir antes de perder a CNH. Deve fazer parte da proposição estender, de cinco para dez anos, o prazo de validade da carteira. Na opinião de Styvenson, a pontuação na carteira é uma forma de conter a má educação.

— As pessoas estão sendo enganadas, porque todo mundo é vítima do trânsito, motorista, pedestre, ciclista — alerta.

O consultor de transportes do Senado Rodrigo Ribeiro explica que a instalação de um radar não é algo tão banal. Cada equipamento passa por um período de estudo para verificar a sua necessidade e adequação. Na Grã Bretanha, a London School of Economics constatou que os radares de velocidade fizeram os acidentes diminuir de 17% a 39% e as mortes, de 58% a 68% nos 500 metros à frente do local das câmeras.

Quanto a aumentar o número de pontos permitidos na carteira, Ribeiro entende que a ideia tem relação direta com as fiscalizações eletrônicas, porque o que mais gera pontos atualmente são as infrações de velocidade.

Em 2011, o Brasil ensaiou uma mudança em larga escala impulsionada pelo compromisso do governo com a Década da Ação pela Segurança no Trânsito, projeto da ONU. A meta era a diminuir as mortes por meio da redução em 50% do número de acidentes. Parte do esforço seria empreendido por meio do Programa Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), anunciado em setembro de 2018, e que apresentava metas para a redução de mortes no trânsito até 2028.

O destino do Pnatrans, porém, é incerto. Segundo o Ministério da Infraestrutura, que herdou o programa do Ministério das Cidades, o Pnatrans está “em revisão para realinhamento das metas e ações”.

Saiba Mais

Boletim eletrônico de ocorrência para acidentes sem vítimas em rodovias federais
<http://bit.ly/DeclaracaoAcidente>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Acidente na BR-364 interdita o trânsito em Mato Grosso: senadores atuam para reduzir mortes nas ruas e estradas